

O “NOVO” MUNDO ÁRABE: RUPTURA OU CONTINUIDADE?

THE “NEW” ARAB WORLD: RUPTURE OR CONTINUITY?

Teresa de Almeida e Silva¹

RESUMO

O mundo árabe está em mudança. O rastilho da Revolução Jasmim, que começou na Tunísia, em Dezembro de 2010, parece ter-se rapidamente alastrado a outros países. Quatro regimes caíram. Quem será o próximo? Perante os eventos que têm ocorrido, talvez possamos traçar três cenários possíveis para o processo em curso: no seguimento dos regimes derrubados, serão instaurados regimes democráticos. Mas os valores democráticos dos novos regimes não poderão ser impostos (de forma indireta) pelo Ocidente. O Ocidente não pode impor a “sua democracia” a estes países; pode, antes, convencê-los a “usá-la”, cada um à sua maneira. Outra possibilidade será os atuais regimes serem substituídos por novas ditaduras mascaradas de democracias. Por fim, os países poderão assistir à ascensão ao poder dos movimentos radicais conotados com o fundamentalismo islâmico. Neste artigo, faremos uma análise dos países que viveram (ou estão a viver) o processo revolucionário, revelando as causas e as consequências deste processo para cada um deles. De facto, o mundo árabe está em mudança. E essa mudança pode ter consequências importantes para a comunidade internacional, uma vez que a maior parte do petróleo que alimenta o comércio mundial vem do Oriente Médio e a instabilidade da área terá como consequência imediata o aumento do preço do petróleo, o que leva a um aumento dos preços dos alimentos, dos combustíveis e subseqüentes dificuldades económicas. Por outro lado, a instabilidade do Médio Oriente e do Norte da África tem implicações para a estabilidade e segurança europeias dada a proximidade geográfica ao Velho Continente.

PALAVRAS-CHAVE

Primavera Árabe; Fundamentalismo; Democracia; Ditadura.

ABSTRACT

The Arab world is changing. The fuse of the Jasmine Revolution that began in Tunisia in January 2011, seems to be rapidly extended to other countries. Four regimes have fallen. Who will be the next? Before the turn events that have taken, perhaps we can move forward three possible scenarios for the ongoing process: following the overthrown regimes, democratic regimes will be put in place. But the values of the new democratic regimes cannot be imposed (indirectly) by the West. The West cannot impose its “democracy” to these countries; it can, rather, convince them to “use it”, each on its own way. Another possibility will be the replacement of the existing regimes by new dictatorships camouflaged as democracies. Or these countries will testify the rise into power of the Islamic fundamentalist movements.

¹ Professora Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. (tasilva@iscsp.utl.pt)

In this article we will make an analysis of the countries that lived the revolutionary process (or are still living this process), revealing the causes and the consequences of this process for each one. In fact, the Arab world is changing. And this change may have important consequences for the international community, since most of the oil that feeds the world trade comes from the Middle East; the instability of this area has as an immediate consequence the rise of oil's price, which leads to an increase in the prices of fuel and food and to subsequent economic difficulties. On the other hand, the instability of the Middle East and North Africa has implications for European security and stability, given to the geographical proximity to the Old Continent.

KEY-WORDS

Arab Spring; Fundamentalism; Democracy; Dictatorship.

Introdução

O mundo árabe está em mudança. A pouco e pouco, vai emergindo um novo mundo árabe que procura adaptar-se à nova ordem internacional, ela também inconstante, marcada pela crise económica nascida em 2007/2008. O rastilho da Revolução do Jasmim que começou na Tunísia, em dezembro de 2010, parece que estar rapidamente a estender-se a outros países. Quatro regimes já caíram. Um outro parece estar próximo do fim; e todo este processo tem levantado algumas questões: Quem se seguirá? Qual será o futuro do mundo árabo-muçulmano que conhecemos? O Ocidente corre o risco de conviver na proximidade geográfica de regimes fundamentalistas islâmicos?

Este processo foi apelidado de “Primavera Árabe”. Contudo, na nossa opinião, para ser considerado “Primavera” significaria que todos os processos nos países abrangidos pelo mesmo seriam iguais. Mas, não são. Cada país teve (e tem) as suas próprias idiossincrasias. Em cada caso concreto, os contextos internos e a natureza dos regimes é que permitem explicar os diferentes processos de revolução.

Face aos acontecimentos ocorridos até à data, podemos fazer um balanço prévio: este processo revolucionário derrubou os regimes de quatro países (Tunísia, Egipto, Líbia e Yémen); parece ter reforçado o Islão político; intensificou a concorrência entre as potências regionais (Arábia Saudita e Irão), quer em termos de rivalidades geopolíticas, quer de conflito sectário (confronto entre sunitas e shiitas).

Os Diferentes Processos de Revolta

A Tunísia foi, então, a precursora deste processo de mudança. Plantada no Norte de África e debruçada sobre o Mar Mediterrâneo, a Tunísia aparentava ser o verdadeiro exemplo de um país secular no seio do mundo muçulmano. A sua localização geográfica permitiu-lhe que o contacto com os valores ocidentais

fosse mais fácil. Além disso, tendo estado sob domínio francês, o país esteve sempre familiarizado com os ideais de Estado soberano comum no Ocidente (Almeida e Silva, 2011:150).

Não admira, portanto, que o surgimento do sentimento nacionalista, nos finais do século XIX, tenha permitido aos tunisinos sonharem com a independência. Esta veio a concretizar-se, em 1956, pela mão de Habib Bourguiba², o Pai da Tunísia Moderna. Com ele, nasceu um novo regime presidencial totalmente voltado para o Ocidente, tanto no aspeto social, como nos aspetos económico e político. De facto, desde o seu início como Estado independente, o país revelou uma clara tendência para a secularização das instituições estatais (Idem, *ibidem*).

Em 1987, Zine el Abidine Ben Ali chegou ao poder. A partir de então, a Tunísia passou a viver sob um regime ditatorial mascarado de democracia flexível. O culto da personalidade era preservado. A liberdade de associação política era duramente controlada. Ben Ali, aliado do Ocidente, controlava (como convinha) com mão-de-ferro, os partidos conotados com o fundamentalismo islâmico. A população vivia uma liberdade (aparente) que convinha transparecer para o Ocidente, sobretudo através do turismo, uma das principais atividades económicas do país. Simultaneamente, uma pequena classe (de cleptocratas) ia enriquecendo, de forma pouco clara, mantendo grandes franjas da sociedade e viver com poucos recursos (Idem:150-151).

17 de dezembro de 2010 marcou o início do fim do regime de Ben Ali. A autoimolação de Muhammad Bouazizi, uma jovem licenciado de 26 anos de idade, tornou-se a bandeira de uma geração de jovens com educação superior que apenas aparenta ter como perspetivas futuras o desemprego e a pobreza. A partir de então, a onda de protestos contra Ben Ali agravou-se. Em pouco tempo, o Presidente tunisino percebeu que o fim do seu regime estava próximo e não hesitou e saiu de cena. E preferiu a via mais fácil – fugiu, a 14 de janeiro de 2011.

Os destinos da Tunísia ficaram, então, entregues a um governo de transição até às eleições de Outubro de 2011. O resultado das eleições não espantou a comunidade internacional. O Partido Ennahda conseguiu ser o mais votado. Nas eleições de 23 de Outubro de 2011, conquistou 90 dos 217 assentos na Assembleia Constituinte, três vezes mais do que o seu adversário mais directo,

2 Habib Bourguiba tornou-se um dos líderes mais coerentes e ocidentalizados do mundo árabe. A sua política alicerçou-se na convicção de que a ocidentalização era necessária para conseguir a paridade com o Ocidente. Ele sabia que um país tão pequeno como a Tunísia não conseguiria atingir a paridade militar, mas, ainda assim, poderia almejar alcançar a aceitação política e cultural por parte do Ocidente (Noyon, 2003).

o Congresso para a República (partido laico). O seu líder, Rashid Ghannouchi, que viveu mais de vinte anos no exílio devido à perseguição que Ben Ali fez ao Partido Ennahda, já declarou que quer construir uma nova Tunísia à semelhança da Turquia. Vê em Tayyip Erdogan³ um exemplo, e insiste que o seu partido não irá impor nenhum código de moralidade à sociedade tunisina nem aos milhões de turistas ocidentais que veraneiam nas suas praias. Não obstante, os tunisinos estão ainda reticentes relativamente à política do Ennahda. Temem que o país siga o caminho do fundamentalismo islâmico e se transforme numa República Islâmica.

Os protestos da Tunísia rapidamente se alastraram ao Egipto e o Presidente Mubarak também foi obrigado a renunciar ao poder. Desde 1981, ano em que chegou ao poder, Hosni Mubarak governou o país de forma repressiva. A teoria da conspiração pairava no ar e, como tal, a lei marcial foi imposta todos os dias, tal era o medo que o Presidente egípcio tinha de ser derrubado. O medo era tal que se transformou em obsessão (Idem:151).

Ao longo dos anos, Mubarak usou a justificação do fundamentalismo para governar à sua vontade, enquanto que a maior parte dos egípcios vivia no limiar da pobreza. Ao longo dos três decénios em que esteve no poder, governou de forma déspota e tirana, aniquilando as vozes de todos aqueles que se opunham à sua governação e apoiando-se na lealdade e submissão de todos aqueles que o rodeavam. Através da repressão, da censura e da violência, o Presidente egípcio foi transformando a sociedade tornando-a apática a qualquer tipo de manifestações. Este processo permitiu que, ao longo dos anos, o fosso entre a classe governativa e a população aumentasse.

Apesar das evidências e do estado caótico do Egipto, Hosni Mubarak parecia não estar ciente da gravidade das suas políticas. Como refere Alaa Al Aswany (2011:66), *“a História mostra-nos que todos os governantes autocráticos se consideram grandes heróis e vivem nesse estado de eterno autoconvencimento de que conseguem justificar toda a sua má conduta e até os crimes que perpetraram”*. Depois de vários dias de manifestações, que tinham a Praça Tahir como epicentro, Mubarak renunciou ao seu cargo, em 11 de fevereiro de 2011, abandonou o palácio presidencial, no Cairo, e estabeleceu-se com a família em Sharm el-Sheikh. Ao contrário do que aconteceu com Ben Ali, a justiça egípcia não permitiu que Mubarak abandonasse o país, levando-o a julgamento.

Durante o período em que o Presidente egípcio se manteve no poder, tentando controlar a situação, uma coligação internacional apoiava a Junta Militar entretanto criada para evitar que o poder caísse nas ruas. Por outro lado,

³ Recep Tayyip Erdogan é o primeiro-ministro turco, pertencente ao AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento). É um político islâmico moderado num sistema (aparentemente) estritamente laico.

temia-se que o país se desviasse para o lado do fundamentalismo islâmico. Com efeito, devido à localização geoestratégica do Egito, é do interesse da comunidade internacional, de uma forma geral, que o mesmo tenha uma situação política estável. E para dois vizinhos da região, em particular, essa estabilidade é imprescindível. Para Israel, importa que o Egito se mantenha estável, já que este é o seu maior vizinho árabe e tem assumido o papel de mediador no conflito israelo-palestiniano. A instabilidade egípcia representa, para Israel, insegurança para si próprio e um impasse no conflito que o opõe à Palestina. Para a Arábia Saudita, um Egito sem revoltas e estável é menos um incentivo para manifestações populares contra outros regimes autocráticos (Almeida e Silva, 2011:152).

Apesar do afastamento de Mubarak, o Junta Militar que tem conduzido os destinos do país é composta, em grande parte, por militares que foram homens de confiança do ex-Presidente egípcio, o que poderá representar uma vantagem (ou desvantagem) para a estabilidade política do país. Não obstante, espera-se que o futuro do Egito continue a levar até à região a segurança (muitas vezes aparente) que sempre conheceu. Até porque o que se passa no Egito afeta toda a região, enquanto que o que se passa na Líbia, fica na Líbia (Idem:153).

O grande medo do Ocidente era que a Irmandade Muçulmana conseguisse chegar ao poder, o que veio a verificar-se com a sua vitória nas eleições legislativas. Deste processo eleitoral, que se estendeu desde novembro de 2011 a janeiro de 2012, a Irmandade Muçulmana saldou-se como a grande vencedora, já que, pela primeira vez na sua história, conseguiu chegar ao poder através do seu braço político – o Partido Liberdade e Justiça –, que alcançou 47% dos votos nas eleições para a Câmara Baixa do Parlamento. Nas eleições para a Câmara Alta, que se iniciaram a 29 de Janeiro de 2012, a Irmandade Muçulmana repetiu o feito.

As eleições presidenciais, de Junho de 2012, mostraram, também, que a Irmandade Muçulmana reúne um cada vez maior número de apoiantes. Na primeira volta, nenhum candidato conseguiu mais de 50% dos votos, sendo a segunda volta disputada entre os dois candidatos mais votados: Mohammed Morsi, representante do Partido Liberdade e Justiça, que obteve 25,3% do total de votos, e Ahmed Shafiq, ex-Comandante da Força Aérea e o último Primeiro-Ministro de Mubarak, que conseguiu 24,9% dos votos (Friedman, 2012).

Visto que a Irmandade Muçulmana conseguiu o maior número de assentos no Parlamento, a possibilidade do novo Presidente pertencer ao mesmo Partido causou algum mal-estar em diversos sectores da sociedade egípcia, em especial os cristãos coptas que temiam pelo seu futuro. Aquando da segunda volta das eleições presidenciais, Mohammed Morsi tinha o largo apoio dos islamistas que temiam que a vitória de Shafiq representasse o regresso ao passado, dada a herança que teria da administração Mubarak. Por seu lado, Ahmed Shafiq tinha

o apoio dos sectores da sociedade que temiam que um regime fundamentalista islâmico subisse ao poder (Idem). Dois cenários se afiguravam: continuidade ou ruptura relativamente ao antigo regime.

Por outro lado, surgiu, na altura, um debate importante: o vencedor das eleições seria aquele que conseguisse conquistar o apoio dos seculares não-islamistas. Se o seu secularismo fosse forte, apostariam em Shafiq, o representante do antigo regime, se não fosse, votariam em Morsi (Idem, ibidem). Os resultados mostraram que o seu secularismo não era tão forte como se pensava e Mohammed Morsi tornou-se o primeiro Presidente da era pós-Mubarak e o Presidente representante da Irmandade Muçulmana.

Todavia, ainda antes da eleição de Morsi, a Junta Militar dissolveu o Parlamento egípcio, alegando irregularidades nas eleições legislativas. Não obstante, o Presidente Morsi já anulou a dissolução do Parlamento e marcou novas eleições legislativas. Esta atitude leva a uma outra reflexão: será que a Junta Militar está disposta a entregar o poder à Irmandade Muçulmana, que legitimamente ganhou as eleições e que representa uma ruptura com o passado do Egipto? Esta é uma questão que, no momento, parece estar longe de ser respondida.

O novo Presidente do Egipto, quer governe com maioria do Partido Liberdade e Justiça, quer com a maioria da oposição, e embora seja membro da Irmandade Muçulmana, estudou nos EUA, pelo que sabe que tem (inevitavelmente) que negociar com a comunidade internacional, visto que as alianças estratégicas se afiguram essenciais para a sobrevivência do seu regime.

Os motivos da revolta egípcia foram os mesmos da ocorrida na Tunísia: desemprego elevado, pobreza (em alguns casos, pobreza extrema), falta de liberdade de expressão e regimes ditatoriais. Os agentes destas revoltas foram também os mesmos: jovens, com educação superior e sem perspectivas de futuro. Sem perspectivas de futuro, mas com uma arma que os seus pais não tinham: a internet e as redes sociais, graças às quais as suas reivindicações chegaram mais longe e a um maior número de pessoas.

E estas parecem ser as razões que têm levado milhares de yemenitas e sírios a manifestarem-se em diversas cidades do Yémen e da Síria. Neste último, as manifestações continuam há mais de um ano e já provocou a morte de milhares de pessoas. No caso do Yémen, depois de várias semanas debaixo de fogo dos protestos populares, o Presidente Ali Abdullah Saleh conseguiu fazer aprovar uma reforma constitucional que lhe permitiu sair do país incólume. Havia uma outra proposta cujo objectivo seria ilibar de todos os crimes aqueles os que compactuaram com o seu regime ao longo de 34 anos. Contudo, esta última não foi aprovada e apenas o Presidente conseguiu ver as acusações contra si ficarem sem efeito.

Entretanto, o Yémen foi a votos e tem um novo Presidente – Abd Rabbuh Mansur al Radi – que já manifestou interesse em dar um novo rumo à política yemenita, procurando distanciar-se do passado ditatorial do seu antecessor, manifestando a necessidade premente de romper com o passado ditatorial de Abdullah Saleh.

A Síria, dada a sua inserção regional e características geopolíticas únicas, está há muito em conflito. Estes conflitos manifestam-se através de meios indirectos, como a utilização do Hezbollah e da sua influência junto do Hamas e da Jihad Islâmica, ou através da sua aliança com o Irão. Neste sentido, a Síria mantém-se como uma peça importante do xadrez político do Médio Oriente.

No caso da chegada da “Primavera” Árabe à Síria, este tem que ser entendida à luz da política de equilíbrio de poderes regional: a luta entre a Arábia Saudita, o Irão e a Turquia pelo domínio do mundo árabe (Lynch, 2012:161). De facto, este processo alterou por completo a situação estratégica e geopolítica do país, já que todas as alianças e antigos conflitos se passaram a enquadrar num contexto radicalmente diferente, no qual a Síria se tornou o palco de conflitos internos potenciados por tensões étnicas e religiosas, que, em último caso, levarão à queda do actual regime, com consequências imprevisíveis para a região.

A continuação (e exacerbação) do conflito deve-se, fundamentalmente, ao regime sírio, ao qual importa a manutenção do *statu-quo*. Na verdade, o Presidente Bashar al-Assad continua a resistir estoicamente. Não quer afastar-se do poder. A comunidade internacional entrou num impasse e, apesar dos relatos de sucessivas violações dos direitos humanos, não decide nada contra a Síria, visto que a Rússia e a China já se manifestaram contra qualquer ingerência externa naquele país.

Uma intervenção internacional na Síria arrastará também a República Islâmica do Irão para o conflito. De facto, ao contrário da Líbia, que vivia isolada em África, a Síria não está sozinha na região e celebrou alianças estratégicas que se poderão transformar em mais-valias no caso de acontecer uma intervenção da comunidade internacional. O arrastamento do Irão para o conflito na Síria parece inevitável. Contudo, dada a afinidade do país com o projecto nuclear, tal conflito arrastaria outras potências e outros interesses para a região.

China e Rússia, duas potências nucleares, já manifestaram o seu apoio ao regime de Bashar al-Assad. Por seu lado, o Irão, que se suspeita que tenha armas nucleares, faz fronteira com outra potência nuclear, o Paquistão, que, por sua vez, tem um vizinho rival que também é uma potência nuclear, a Índia. Uma intervenção internacional na Síria abre as portas à comunidade internacional para um corredor de potências nucleares cujo caminho se pode revelar sinuoso.

A solução do problema da Síria está longe de ser encontrada. Para alguns sectores da sociedade, convém manter o Presidente Bashar al-Assad no poder, nomeadamente para os alauitas (shiitas), os sunitas (elite económica) e os católicos (pequena elite). Todos estes temem que o regime que substituir este se identifique com o fundamentalismo islâmico e que transforme o país numa verdadeira República Islâmica, à semelhança do Irão. Por outro lado, se se mantiver o regime de Bashar al-Assad, o Irão continuará a ter um papel importante na região do Médio oriente, dada a referida ligação entre os dois países, podendo continuar o jogo de poderes que tem com a Arábia Saudita e podendo continuar a reivindicar um papel de potência diretora que tanto almeja.

Ora, dada a escalada de violência dos últimos meses, a ONU nomeou Kofi Annan, ex-Secretário Geral, para ser o enviado especial das Nações Unidas à Síria, no sentido de encontrar uma solução para o problema. Annan, que representa também a Liga Árabe, apresentou um plano para pôr fim à violência que assola o país há mais de um ano. Apesar dos seus esforços, o plano de paz ainda não foi aplicado e a violência (sobretudo contra civis) continua. Como corolário do fracasso do plano, Kofi Annan apresentou a sua demissão do cargo, no passado mês de Agosto.

Não obstante, ainda em funções, em junho de 2012, foi apresentada uma proposta segundo a qual o Presidente Bashar al-Assad estaria disposto a negociar com a oposição e a encontrar uma solução para a crise síria. Todavia, a oposição não a aceitou, visto que quer que o Presidente seja afastado do poder e julgado por crimes contra a Humanidade. Por outro lado, esta proposta não era explícita quanto ao futuro de Assad, ou seja, não clarificava se o Presidente sairia de cena impune, tal como aconteceu com o Presidente Saleh, se iria haver uma intervenção da comunidade internacional, tal como aconteceu na Líbia, ou se Bashar al-Assad seria julgado, tal como aconteceu ao Presidente egípcio. A espiral de violência na Síria não pára de aumentar. E, dado o impasse da comunidade internacional na procura de uma solução viável, o número de mortos continua a recrudescer e as violações dos direitos humanos persistem.

Em todo este mapa em constante mudança, a Jordânia⁴ e Marrocos parecem viver uma calma que se mostra alheia a tudo o que tem acontecido na região, pese embora tenham conhecido pequenas insurreições rapidamente controladas pelas forças de segurança (e que não tiveram qualquer impacto na opinião pública). Esta situação deve ao facto de serem regimes monárquicos, cuja legitimidade da liderança descende do próprio Profeta Maomé, através da sua filha Fatima e do seu genro Ali. Neste contexto, a figura do Rei apresenta-se como um símbolo de unidade nacional (Almeida e Silva, 2011:154).

4 O Reino Hashemita da Jordânia entronca no clã Hashim, o clã ao qual pertencia o Profeta Maomé. As duas dinastias hashemitas mais importantes são a do Iraque e a da Jordânia.

No caso particular da Líbia, parece-nos que o regime ditatorial e a falta de liberdade de expressão tenham suplantado as razões relacionadas com a pobreza e o fosso entre ricos e pobres. A situação líbia é um pouco diferente das anteriores. Desde que Muammar al-Khadafi chegou ao poder, em 1969, ao país prosperou, do ponto de vista económico, graças à exploração e comércio do petróleo. A taxa de desemprego era mais baixa, comparada com a dos países da região, e a taxa de literacia mais elevada. Contudo, a Líbia não possui um sentimento de unidade nacional, visto ser uma sociedade marcadamente tribal. Khadafi tentou, ao longo dos 42 anos em que esteve no poder, impor a tal unidade. Para o conseguir, excedeu-se no controlo da população e impediu sempre qualquer ingerência externa (Idem).

Outra diferença relativamente às situações tunisina e egípcia aconteceu ao nível miliar. Enquanto que, na Tunísia e no Egipto, os militares não intervieram ou a sua intervenção foi muito ténue, no caso líbio, os militares saíram em defesa do regime de Khadafi e lutaram pela sua manutenção no poder. Não obstante, o Ocidente resolveu intervir no país, depois do agravamento dos confrontos entre os rebeldes líbios e as forças fiéis a Khadafi, que levaram a uma guerra civil. Mas Khadafi sempre foi um líder peculiar: em caso de confronto, ou matava ou morria. Num primeiro momento, optou por matar. De seguida, resistiu. E resistiu até à morte. E morreu como queria: como mártir no seu país natal. Mais uma vez a história mostrou que nenhum ditador consegue viver eternamente no poder (Idem:155).

A morte de Khadafi não significa o fim das ameaças à estabilidade do país. Por outro lado, pode não significar a instauração de um regime diferente do anterior. O Conselho Nacional de Transição, que formou governo depois da morte de Khadafi, anunciou na altura que a legislação da “nova” Líbia seria baseada nos princípios da Shari’a. Contudo, talvez este cenário não se concretize, uma vez que os resultados preliminares das eleições líbias, realizadas em Julho de 2012, dão a vitória a Mahmoud Jibril, antigo Primeiro-Ministro e líder do partido liberal.

Ora, fazendo a comparação entre os dois vizinhos árabes, podemos afirmar que o que aconteceu na Líbia é completamente diferente do que aconteceu na Tunísia. A Tunísia era (é) uma sociedade relativamente homogénea, pelo que o argumento veiculado contra o Presidente Ben Ali foi rapidamente disseminado e a sociedade mobilizou-se como um todo. A sociedade líbia, por seu lado, é marcadamente tribal (clãs, tribos, famílias). Com Khadafi no poder, as diferenças entre elas acentuaram-se, visto que ele conseguiu colocá-las umas contra as outras para se apresentar como o unificador do país, forçando, assim, a tão desejada unidade nacional.

O pequeno reino do Bahrain também foi palco de diversas manifestações contra o regime. Mas, aqui a situação parece ser totalmente diferente das

anteriores. Este pequeno reino, independente deste 1971, é governado pela família Al Khalifa⁵ há já 228 anos. Embora a maioria da população seja shiita, a dinastia Al Khalifa é sunita. E a luta entre sunitas e shiitas parece estar na origem das manifestações de rua que assolaram o país em fevereiro de 2011.

Quando as manifestações começaram a exacerbar-se, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos enviaram as suas tropas para ajudar o regime a controlar os revoltosos (shiitas). Este ato foi rapidamente entendido como uma tentativa de demonstração da superioridade do poder saudita face ao seu rival do outro lado do Golfo Pérsico – o Irão. As manifestações que se seguiram no Bahrain foram interpretadas como a eternização da rivalidade entre os dois países. O Bahrain era, assim, o palco onde sunitas (Arábia Saudita) e shiitas (Irão) se confrontavam (Idem:155-156).

Esta situação apenas confirmou a rivalidade que opõe os dois países há mais de 30 anos. E, apesar de existir uma certa cordialidade entre ambos, a ligação entre os dois vizinhos do Golfo Pérsico será sempre ensombrada por dois importantes aspetos que é imprescindível não esquecer:

- ◆ a diferença de regimes – uma República Islâmica, por um lado, e uma Monarquia sem instituições eleitas, por outro;
- ◆ as divisões religiosas – o Irão de maioria shiita (89%) face a uma Arábia Saudita de maioria sunita (90%).

Consequências dos Processos de Revolta

Depois de analisada a situação dos diferentes países apanhados pelo rastilho da Revolução do Jasmim, podemos dizer que os movimentos da chamada “Primavera” Árabe estão a reabrir linhas de fractura sectárias e tribais e a fomentar novos conflitos internos e internacionais. Este facto poderá ter graves consequências que, caso se concretizem serão um potencial perigo para o equilíbrio de poderes na região.

De facto, a confluência destes processos está a alterar o contexto regional, já que:

- ◆ tem aumentado a rivalidade entre as duas grandes potências na região (Arábia Saudita e Irão), o que se salda no confronto (ainda que indirecto) entre sunitas e shiitas;
- ◆ tem aumentado a preocupação internacional sobre o programa nuclear iraniano. De facto, nos últimos anos, o governo de Teerão

5 Ahmad ibn al-Khalifa, um príncipe natural da Arábia Saudita, conseguiu a independência do Bahrain face ao Rei persa Ali Murad Khan (Dinastia Zand), em 1783. Entretanto, o território ficou sob domínio britânico, conseguindo alcançar a independência em 1971.

tem vindo a ser acusado pela comunidade internacional, em geral, e pelos EUA, em particular, de possuir e produzir armas de destruição maciça. Embora argumente que é para consumo interno, a comunidade internacional vê com algum receio tal feito. De facto, os esforços iranianos no sentido de adquirir armas químicas, biológicas e nucleares têm-se intensificado nos últimos decénios (Cordesman, 2003:114). Face às reservas de gás natural e de petróleo que possui, muitos são os que se interrogam dos verdadeiros motivos do Irão em querer produzir energia nuclear.

- ◆ nos EUA, em pleno ano eleitoral, a perspectiva de um conflito militar parece estar a subir de tom;
- ◆ o confronto entre shiitas e sunitas está a reflectir-se naquela que é já entendida como a “luta pela Síria”, visto que a pressão sobre o regime alauita (apoiado pelo Irão) se assemelha a uma guerra entre a Arábia Saudita e o Irão.

Esta situação permite-nos falar de uma nova Guerra Fria Árabe que, recorda a que decorreu entre 1958 e 1970, período durante o qual, existiam dois blocos – um pró-americano (Arábia Saudita, Jordânia e Irão) e outro anti-americano (Iraque e Síria) – e se assistiu à luta entre as monarquias conservadoras e pró-ocidentais (Arábia Saudita e Jordânia) e as repúblicas nacionalistas radicais e militares (Egipto, Síria) (Lynch, 2012:33). Não obstante, com os atentados de 11 de Setembro de 2001, esta situação mudou por completo e emergiu uma nova bipolaridade: o bloco liderado pelos EUA e seus aliados principais (Arábia Saudita, Israel e Egipto) e o bloco da “resistência”, composto pelo Irão, Síria, Hezbollah do Líbano e Hamas na Palestina.

Outra consequência de todo este processo é o surgimento de uma clivagem clara, em muitos países árabes, entre o Estado e a “rua”, ou seja, entre a classe política dirigente e o povo. Em todo este contexto, não podemos esquecer a questão religiosa, dominada por dois eixos: o *Eixo sunita* (Arábia Saudita, Turquia, Qatar e Emirados Árabes Unidos) e o *Eixo shiita* (Irão, Iraque, Síria e Líbano).

Por outro lado, não podemos esquecer o papel dos diferentes actores em todo este processo (Idem:79):

- ◆ **Irão.** Tem influência na Síria (é aliado de Bashar al-Assad), no Líbano (através do Hezbollah), no Iraque e na Palestina (apoiando o Hamas). Tem sido um actor importante na corrida nuclear e suspeita-se de ter interferências no Bahrain.
- ◆ **Arábia Saudita.** Conseguiu uma contra-revolução conservadora (através da repressão e dos apoios sociais), interveio militarmente

para apoiar o Bahrain contra os manifestantes pró-democracia, continua a afirmar a sua liderança no Conselho de Cooperação do Golfo e continua a reexaltar a supremacia shiita do Irão.

- ◆ **Qatar.** Apresenta-se como uma potência política emergente. Teve um papel fundamental na intervenção militar na Líbia e quer afirmar-se na arena política regional com os “dois lados” da confrontação.
- ◆ **EUA.** Estão enfraquecidos pela intervenção no Iraque e continuam concentrados na retirada dos teatros iraquiano e afegão.
- ◆ **Rússia.** “Conselheiros” militares russos estão fortemente presentes na Síria, à qual fornecem armamento, defesas anti-aéreas e aviões. Por outro lado, ainda não assumiu uma posição contra a Bashar al-Assad no contexto do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- ◆ **Turquia.** Tem tentado combinar o Islão e a democracia através do partido do governo (AKP). Adoptou uma política de “zero problemas com a vizinhança”, procurando, assim, manter uma posição hegemónica na região.

Conclusão

Em jeito de conclusão, podemos afirmar que, ao longo da chamada “Primavera” Árabe, identificámos duas categorias de actores, aqueles que saíram vitoriosos – os que conseguiram derrubar os regimes – em contraponto aos perdedores – os Presidentes depostos.

Segundo alguns especialistas, a forma como os ex-ditadores são tratados influencia o rumo que cada país seguirá. No caso dos Estados que passaram por este processo de revoltas, diferentes maneiras de tratamento foram adoptadas relativamente aos ex-Presidentes. No caso da Tunísia Zine el Abidine Ben Ali abandonou o país refugiando-se na Arábia Saudita, tal como Ali Abdullah Saleh (Yémen), que saiu do país incólume. Muammar Khadafi foi capturado e morto de forma grotesca. Bashar al-Assad, na Síria, continua a resistir. Até agora, apenas Hosni Mubarak, enfrentou um julgamento e que foi condenado a prisão perpétua.

Ora, o mundo árabe está, de facto, em mudança. E esta mudança poderá ter consequências importantes na comunidade internacional, já que (Almeida e Silva, 2011:158):

- ◆ Dado que a maior parte do petróleo que alimenta o comércio mundial vem da região do Médio Oriente, a instabilidade da zona tem como consequência imediata a subida dos preços do ouro negro, o que

conduz a um aumento dos preços dos combustíveis, dos alimentos e a consequentes dificuldades económicas.

- ◆ A instabilidade do Médio Oriente e do Magrebe tem implicações na segurança e na estabilidade europeias, dada a proximidade geográfica com o Velho Continente.
- ◆ Este "novo" mundo árabe faz fronteira com uma potência nuclear (o Paquistão), com um país que parece querer tornar-se uma potência nuclear (o Irão) e com um país por si considerado inimigo que também possui armas nucleares (Israel).

Fazer futurologia é impossível, mas talvez possamos avançar três cenários possíveis para os países enfrentaram todo este processo:

1. Na sequência dos regimes derrubados, serão instaurados regimes democráticos. Não obstante, os valores democráticos dos novos regimes não poderão ser impostos (de forma indireta) pelo Ocidente. O Ocidente não pode impor a "sua democracia" a estes países; pode, antes, convencê-los a "usá-la", cada um à sua maneira.
2. Os atuais regimes serão substituídos por novas ditaduras mascaradas de democracias.
3. Os países assistirão à ascensão ao poder dos movimentos radicais com ligações ao fundamentalismo islâmico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA E SILVA, Teresa de (2011) – **Islão e Fundamentalismo Islâmico: Das Origens ao Século XXI**, Lisboa, Pactor.

ASWANY, Alaa Al (2011) – **O Estado do Egípto**, Lisboa, Quetzal Editores.

CORDESMAN, Anthony H. (2003) – **Saudi Arabia enters the Twenty-First Century: The Military and International Security Dimensions**, Wesport, Praeger.

LYNCH, Marc (2012) – **The Arab Uprising: The Unfinished Revolutions of the New Middle East**, Philadelphia, Public Affairs.

NOYON, Jennifer (2003) – **Islam, Politics and Pluralism: Theory and Practice in Turkey, Jordan, Tunisia and Algeria**, London, Royal Institute of International Affairs.

FRIEDMAN, George (2012) – **The Egyptian Election and the Arab Spring**, in *Stratfor, Global Intelligence*, disponível em www.stratfor.com [consultado em 29 de junho de 2012].

Recebido em Agosto de 2012
Aprovado em Outubro de 2012